

Brasil ganha tempo para negociar dívida

MURILO MURÇA

O atraso nos trabalhos da Constituinte e as pressões políticas e econômicas poderão impossibilitar a reforma do sistema financeiro nacional, para a qual o Banco Mundial (Bird) está disposto a contribuir com US\$ 500 milhões, numa primeira fase, podendo chegar perto de US\$ 1 bilhão até que seja realizada.

A opinião é um dos técnicos do Banco Central, membro da equipe que recepcionará a missão do Bird que chega amanhã a Brasília para estudar os principais pontos do programa. Já foi apresentada uma série de exigências que condicionam a aplicação dos recursos do Bird.

A reforma financeira é uma das propostas contidas no relatório do Bird sobre a economia brasileira, que acusa o setor de excessivamente centralizado e de baixíssima eficiência em relação a países de estrutura semelhante, com sérias distorções que inibem o sistema financeiro a cumprir o seu papel de financiador da iniciativa privada e do desenvolvimento, transferindo grande parte deste papel ao Estado, o que agrava a estatização já existente.

Com base nas condicionantes apresentadas e nos contatos anteriores mantidos com o Bird, o Banco Central já tem pronto o projeto de reforma que formalizará a criação de bancos múltiplos, extinguirá a exigência de cartas-patentes, estimulará a criação de novos bancos regionais e promoverá uma nova orientação das aplicações que deverá ser obtida pela obrigatoriedade de aplicação do equivalente a 40% do patrimônio líquido dos bancos em financiamento às empresas privadas, com prazo mínimo de um ano. As demais aplicações deverão ser feitas também obrigatoriamente, mas com flexibilidade, de acordo com a conjuntura e a estrutura da instituição financeira, nas seguintes faixas: 55% ao setor privado nacional; 15% a subsidiárias de multinacionais; 20% a pessoas físicas; e 10% ao setor público. Ainda dentro das obrigatoriedades está a exigência de aplicação de 25% dos empréstimos ao setor privado no setor agro-

pecuário e 5% em micro e pequenas empresas.

Os bancos múltiplos propostos são, na realidade, a transformação dos conglomerados hoje existentes em empresa única, com uma só direção e maior flexibilidade e volume de recursos para o **funding** do grupo. Desta forma, financeira, banco de investimentos e sociedade de crédito imobiliário passarão a ser carteiras dos novos bancos.

Como o sistema deverá ser dividido, esses bancos múltiplos, assim como os bancos comerciais simples, que serão preservados, comporão o sistema nacional de instituições monetárias. E as corretoras, distribuidoras, seguradoras e empresas de **leasing** comporão o sistema nacional de mercado de capitais, seguros e arrendamento mercantil.

Os bancos múltiplos que operarem caderneta de poupança destinarão os recursos captados para o sistema habitacional, como agora, e os bancos estatais formarão cadernetas rurais, com exceção da Caixa Econômica Federal, que será um banco múltiplo, com características especiais, e manterá a ênfase nas cadernetas mas também operará, por exemplo, em desconto de duplicatas mercantis.

Há, no entanto, uma incógnita quanto ao tratamento a ser dado aos bancos estrangeiros que atuam no País — inicialmente manteriam a situação atual — e a forma como poderiam se integrar e se associar a empresas nacionais. Isso porque não se sabe, ainda, qual será o disciplinamento a ser dado a esses bancos e ao capital estrangeiro, pela futura Constituição.

Além desse impasse a atrasar as definições, há a expectativa de que as pressões políticas praticamente impossibilitarão a absorção das Caixas estaduais pelos respectivos bancos dos Estados e outras medidas que implicarão redução de despesas, mas dependerão diretamente da dispensa de mão-de-obra, ainda que oferecendo maior rentabilidade para o sistema, através de menores juros.

Brasília/Agência Estado